

26 de outubro é Dia Nacional de Luta e 11 de novembro greve de 24 horas

Calendário aprovado na ampliada inclui também indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 17 de novembro. Sindicatos devem fazer assembleias até dia 11 de novembro

BRASÍLIA – A necessidade de retomar a mobilização em nível nacional ainda este mês e a construção de um movimento grevista para novembro foram os principais pontos destacados pelos participantes da reunião ampliada da Fenajufe, realizada no sábado, 16 de outubro, em Brasília. Cerca de 90 servidores, representando 25 sindicatos, debateram, no encontro, o andamento das negociações referentes aos Planos de Cargos e Salários da categoria e, diante da falta de um acordo concreto entre as cúpulas do Judiciário Federal, do MPU e do Executivo, concluíram que a saída é iniciar, ainda antes do segundo turno das eleições, a construção de um movimento mais forte para novembro.

Após o debate promovido pe-

los servidores presentes, foi aprovado, por maioria, o calendário que conta com o Dia Nacional de Mobilização e de Lutas em 26 de outubro, greve de 24 horas no dia 11 de novembro e indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 17 de novembro.

No dia 26 de outubro, os sindicatos deverão promover várias atividades com os servidores, como paralisações, manifestações e atos públicos, debates nos locais de trabalho e assembleias. O objetivo da Fenajufe e dos sindicatos de base é preparar a categoria para as outras datas aprovadas pelos delegados da ampliada, que exigem uma maior mobilização dos servidores.

“Está claro que o governo continua nos enrolando com essa história de jogar as negociações para depois do segundo turno das eleições. Também sa-

bemos que há uma convivência, tanto da presidência do STF como da Procuradoria Geral da República, que não tomam as rédeas desse processo junto ao Executivo. Nesse sentido, não podemos ficar parados, esperando as eleições passar para depois construirmos a deflagração de uma greve por tempo indeterminado. É isso que o governo quer e não vamos nos curvar aos seus interesses. Não há nada de concreto até o momento e por isso devemos retomar, ainda neste mês, a construção de um movimento mais radicalizado”, ressalta o coordenador-geral Saulo Arcangeli, ao orientar que todos os sindicatos preparem os servidores para o Dia Nacional de Mobilização e de Lutas em 26 de outubro, realizando assembleia e outras atividades de mobilização.

Greve de 24 horas

A reunião ampliada também aprovou a greve de 24 horas no dia 11 de novembro. Na avaliação dos participantes do encontro, esse dia será crucial para forçar o retorno das negociações com o governo, uma vez que nesta data já estará definido o(a) próximo(a) presidente da República. Isso porque representantes do atual governo garantiram, em várias conversas com o ministro Cezar Peluso, que as ne-

gociações a respeito da previsão orçamentária dos PCs serão submetidas ao presidente eleito no próximo dia 31 de outubro.

O coordenador-geral Ramiro López afirma que a Fenajufe continua pressionando lideranças dos três poderes, visando agilizar o processo ainda em outubro. “Estamos fazendo todos os esforços possíveis para garantir o fechamento do acordo do Judiciário e do Ministério Público com o Executivo. No entanto, como as atenções estão voltadas para o segundo turno das eleições, sabemos das dificuldades de conseguir algum retorno nas próximas semanas, antes do dia 31 de outubro. Por isso, na minha avaliação, é preciso todo o empenho para garantir o cumprimento do nosso calendário de luta, aprovado na ampliada, para construir uma forte mobilização agora em outubro e também em novembro”, enfatiza Ramiro.

A Fenajufe espera que todos os sindicatos já comecem a trabalhar esse calendário com a categoria a partir de agora. Além disso, orienta que todos os sindicatos realizem assembleias em seus estados até o dia 11 de novembro para discutir e definir com a categoria o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 17.

“Precisamos de uma forte ade-

são da categoria nos dias 26 de outubro e 11 de novembro para que possamos deflagrar uma greve forte e unificada, caso não haja qualquer negociação que sinalize para um acordo capaz de aprovar e implementar os PLs 6613/09 e 6697/09. É fundamental que os sindicatos discutam com os servidores, de forma aprofundada, o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 17”, reforça Zé Oliveira, coordenador-geral da Fenajufe.

Ampliada reafirma necessidade de audiência com presidentiáveis

A reunião ampliada da Fenajufe também reafirmou os pedidos, feitos pela Fenajufe na semana passada, de audiência com os candidatos a Presidência da República Dilma Rousseff e José Serra, que disputarão o segundo turno no dia 31 de outubro. No encontro de sábado, os servidores ressaltaram a importância das reuniões, visando garantir o compromisso dos dois presidentiáveis à principal reivindicação da categoria no momento: a aprovação e a implementação dos PLs 6613/09 e 6697/09, que revisam os PCs do Judiciário Federal e do MPU.

Da Fenajufe – Leonor Costa

LEIA TAMBÉM

A posição da CUT no 2º turno

Páginas 2 e 3

Política de remoção adoecê servidores

Página 5



XXIII Botequim do Sisejufe
Pela primeira vez no Norte Fluminense
Quinta, 28 de outubro de 2010, 18h
Local: PICCOLO TRIANON
RUA JOSÉ RUFINO DE CARVALHO 4146 – CENTRO – CAMPOS-RJ

Convites:
R\$10,00 sindicalizados (restrito a 2 por pessoa)
R\$ 30,00 para não sindicalizados
Buffer de comida e bebida incluído

Abertura
Giselle e Gil
Associados ASJT-RIO pagam mesmo valor de sindicalizados

SISEJUFE



AULAS DE DANÇA DE SALÃO
Segundas e quintas das 18h às 19h30
Local: Sede da ASJT
rua da Relação, 20 - Lapa
Com a professora Juliana Almeida

Em mais um passo da nossa parceria, a ASJT oferece aos servidores filiados ao Sisejufe seu curso de Dança de Salão. São aulas onde você desenvolve sua autoestima, combate a depressão e o estresse e libera toda a alegria que existe dentro de você.

Venha dançar conosco!
Investimento: Associado da ASJT: Grátis
Convidado: R\$ 50
Sindicalizados do Sisejufe: R\$ 25

Mais informações: 2262.4931
Uma parceria ASJT e Sisejufe

A CUT contra o retrocesso

O resultado das urnas para a eleição presidencial, no 1º turno, não nos favoreceu na estratégia de apressar a tramitação do Projeto de Lei 6.613, o nosso PCS4. A campanha do 2º turno tem nos roubado quatro preciosas semanas de tramitação do nosso projeto. Nesta disputa entre o governo federal e a oposição partidária e midiática, a pauta foi trancada com previsão de abertura somente em novembro. O Presidente do Supremo Tribunal Federal desmarcou uma reunião que teria com a Fenajufe e a categoria dos servidores do Judiciário Federal vai ter que forçar o diálogo.

Por outro lado, não podemos tratar do momento político pelo qual passa o País, focando apenas a nossa revisão salarial – está em jogo o futuro da Nação. Efetivamente, e sem proselitismos, o acordo em que a categoria deposita confiança e pelo qual dirige sua luta e mobilização é um acordo urdido com o atual governo federal – uma vitória da oposição do DEM/PSDB nos levaria a recomeçar todo o processo. E, vale repetir, não é apenas nosso aumento que está em jogo. Senão, vejamos:

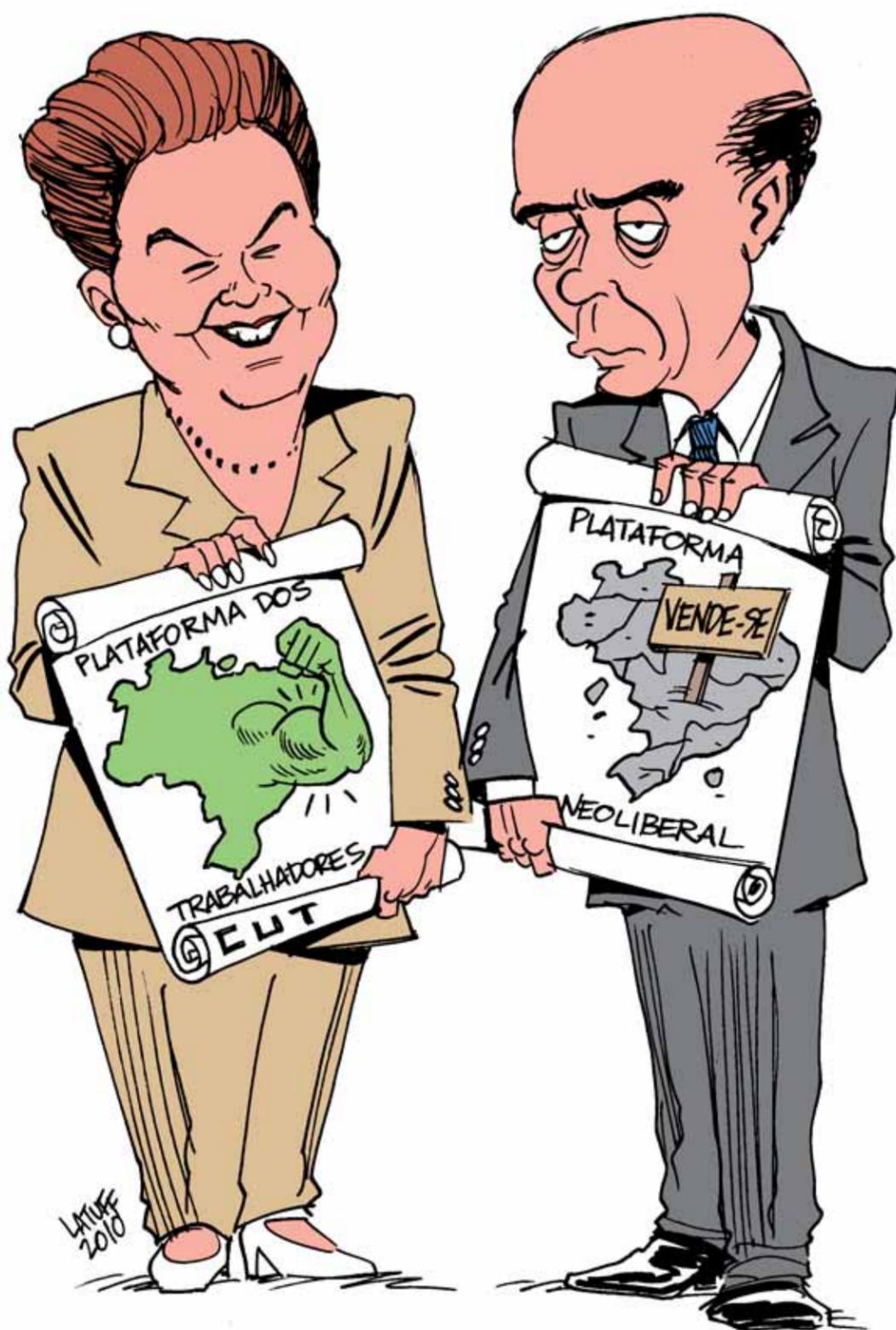
Este 2º turno presidencial tem um caráter eminentemente plebiscitário. Estão em disputa dois projetos bem diferentes de governo e de organização do Estado: um que negocia com os servidores públicos e dialoga com a Plataforma da Classe Trabalhadora proposta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual somos filiados; e outro que quer reeditar políticas de “enxugamento da máquina pública”, arrocho salarial e privatizações do patrimônio público. É fato que, durante os oito anos de mandato dos tucanos, foram retirados direitos trabalhistas históricos do servidor público e houve o achatamento do salário. Já no governo Lula, os servidores públicos tiveram recomposta sua tabela salarial, o salário mínimo quase quadruplicou, 23 milhões de pessoas saíram da linha de po-

breza e o Brasil se tornou o campeão mundial no combate à fome e à desigualdade social – em que pese sermos, ainda, um País muitíssimo desigual.

Com o atual governo, a maior estatal brasileira – quase privatizada no governo anterior – chegou à autossuficiência de produção de petróleo e o Estado reassumiu, através da capitalização da empresa, o seu controle acionário a partir das projeções de ganhos com a extração do Pré-sal. O País, no atual governo, livrou-se dos famigerados acordos com o FMI – que limitavam os investimentos nas áreas em que mais se necessitava do Estado. Com isso, diante da maior quebradeira financeira mundial desde 1929, o Brasil foi o último a entrar na crise e o primeiro a sair dela – com políticas fiscais antes impensáveis, como a redução de IPI para a linha branca.

A CUT tem claro que há apenas um projeto em disputa nessa eleição presidencial, agora em 2º turno, que dialoga com sua plataforma de políticas públicas para a classe trabalhadora. Apenas uma candidatura admite discutir a geração de emprego com redução da jornada de trabalho. A CUT luta pela ratificação e aplicação das Convenções 158 (que coíbe a demissão imotivada) e 156 (igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e vê que só uma candidatura aceita tratar dessas questões.

Na plataforma da CUT, é fundamental a implementação de políticas públicas de inclusão de trabalhadores/as com deficiência no mercado de trabalho e o estabelecimento de mecanismos que garantam às trabalhadoras/es doméstico/as a extensão dos direitos dos demais trabalhadores. Além disso, a nossa central sindical está mobilizada pela aprovar a PEC que institui a licença-paternidade de 180 dias a ser gozada após a licença maternidade.



A CUT tem claro que há apenas um projeto em disputa nessa eleição presidencial, agora em 2º turno, que dialoga com sua plataforma de políticas públicas para a classe trabalhadora

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (estagiária de Jornalismo) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
 Papel Reciclado.
 8,6 mil exemplares.

A CUT luta pela ratificação e aplicação das Convenções 158 (que coíbe a demissão imotivada) e 156 (igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e vê que só uma candidatura aceita tratar dessas questões

Foi no atual governo que a CUT logrou firmar o Protocolo de Entendimento com o Ministério do Meio Ambiente, com a Portaria 338/08, que garante maior participação dos trabalhadores/as no processo de licenciamento ambiental – e isso precisa ser implementado. Também avançou no último período a luta pela liberdade de organização sindical e precisamos ratificar a Convenção 87 da OIT e aplicar convenções como a 151 (direito à negociação coletiva e representação no local de trabalho para os servidores públicos). Além disso, tivemos avanços na luta pelo fim das práticas antissindicalistas que se caracterizam, por exemplo, quando uma empresa demite um trabalhador porque ele é filiado a um sindicato ou é ativista sindical. A CUT também luta pelo fim do imposto sindical, no setor privado, e pela extinção da Instrução Normativa nº 01, que estabelece a cobrança sindical no setor público, substituindo-a pela Contribuição da Negociação Coletiva.

Depois de recentes declarações publicadas pelo jornal O Dia, do Rio de Janeiro, em que o vice de um candidato à Presidência deixou claro que, se eleitos, serão contra os direitos dos gays, a CUT reafirma sua luta contra todas as formas de discriminação e pela aprovação do PLC 122/2006 que criminaliza a homofobia.

A Plataforma da Classe Trabalhadora da CUT prevê a garantia da manutenção da política de valorização do salário mínimo no longo prazo e aprovação da legislação que trate do tema e preocupa-se também em estabelecer política nacional que articule Estados e Municípios para adoção de práticas e ações destinadas a resolução dos problemas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana dos aposentados.

Na área de infraestrutura, a

CUT propõe incorporar os princípios e conceitos de cidades verdes nas doze (12) sedes da Copa do Mundo 2014 e na sede da Olimpíada 2016, enfatizando construções sustentáveis e o transporte coletivo de massa. Nossa central sindical também quer constituir, através das representações no Conselho Nacional de Cidades e nos Conselhos Estaduais e Municipais, grupos que monitorem e acompanhem a aplicação dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

O atual governo investiu três vezes mais em saneamento básico do que o governo anterior. Evidentemente resta muito a fazer, por isso a CUT defende a regulamentação da Lei Nacional de Saneamento Ambiental, com a constituição de mecanismos de controle social nela previstos. Do mesmo modo, nos últimos 7 anos o Brasil viu mudar o perfil de sua política energética. É pela continuidade dessa política que a CUT se coloca, para que se garanta a sustentabilidade de sua produção e uso e o respeito do meio ambiente – com a universalização, até 2025, do acesso à energia elétrica no país.

A CUT defende que o governo federal garanta as condições necessárias para a efetiva implantação do Plano Nacional de Educação e das políticas de valorização dos profissionais de educação, incluindo a imediata adoção do piso salarial profissional nacional, da política de carreira e jornada e do ingresso via concurso público. Também é preciso resgatar e fortalecer o ensino em escolas técnicas agrícolas, nos níveis fundamentais e médio, com uma política de financiamento especial, com distribuição e avaliação dos materiais didáticos, garantia de merenda escolar de qualidade, garantia do transporte escolar público, gratuito e seguro.

Ao contrário de plataformas

de cunho meramente eleitoral e oportunista, a CUT há muito tempo defende o estabelecimento, junto aos governos, de alternativas sustentáveis de produção e consumo que reduzam o desmatamento produzido pela pecuária, soja e exploração de madeira – com a recuperação das áreas degradadas nos diversos biomas. Junto a isso, é importante o fortalecimento da agricultura familiar via fomento de crédito, implantação da infraestrutura necessária, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas. Outro ponto fundamental, e que fica evidente em apenas uma candidatura neste 2º turno, é o apoio à desconcentração da posse de terra e a manutenção das famílias no campo através da reforma agrária. A CUT defende que se garanta a revisão dos índices de produtividade e estabelecimento do limite da propriedade da terra para módulos fiscais.

A nossa central sindical tem uma luta histórica pela redução das taxas de juros para diminuir o endividamento público e os

seus encargos e ampliar e democratizar o Conselho Monetário Nacional, incluindo representantes dos trabalhadores. Por isso defende, também, a diminuição das metas de superávit primário, ampliando a capacidade de investimentos em infraestrutura, em políticas sociais e serviços públicos de qualidade. Nesse quadro, é necessário estabelecer contrapartidas sociais e ambientais em todos os investimentos de bancos públicos e regular as atividades de instituições bancárias estrangeiras subordinando-as aos objetivos nacionais.

Numa reforma tributária que contemple as demandas da classe trabalhadora, e não apenas do mercado financeiro, é necessário ampliar a tributação sobre propriedade, lucros e ganho de capital, implantando ainda o imposto sobre grandes fortunas e heranças. A CUT defende também a adoção da ampliação da tributação para a remessa de lucros das empresas transnacionais e para o capital especulativo, que não gera empregos. Por outro lado é necessário que o se continue, como vem acontecendo no atual governo, o processo de revisão da tabela do Imposto de Renda para desonerar os menores salários, aumentar o número de faixas e rever as alíquotas aplicadas.

A CUT propõe que se intensifique o combate à violência contra as mulheres, incentivando a

plena aplicação da Lei Maria da Penha, por meio do apoio a ações como a criação de casas-abrigo e de centros de perícia médico-legal especializados a atendimento à mulher vítima da violência doméstica e suporte à família.

Nossa central sindical também quer a garantia da implementação das propostas da 1ª Conferência de Comunicação no sentido de se acabar com o oligopólio privado e democratizar o acesso, a produção e os meios de distribuição de conteúdo de informação e de entretenimento. Junto a isso, é fundamental a universalização do uso da banda larga, transformando-a em serviço prestado em regime público, além do incentivo às rádios e TVs comunitárias e à produção audiovisual independente.

Por todo o exposto, que é público e notório na luta cutista, e foi construído em instâncias deliberativas democráticas, a CUT e seus sindicatos filiados não admitem que o País entre em retrocesso político com a reversão de conquistas e retirada de direitos dos trabalhadores. Há muito ainda a ser conquistado, como o enumerado acima demonstra. Por isto, neste momento de decisão plebiscitária, a CUT tem lado: diz não ao retrocesso e defende o voto no segundo turno na única candidatura que se aproxima das propostas históricas da Plataforma dos Trabalhadores: Dilma Rousseff, Presidente do Brasil.

Por isto, neste momento de decisão plebiscitária, a CUT tem lado: diz não ao retrocesso e defende o voto no segundo turno na única candidatura que se aproxima das propostas históricas da Plataforma dos Trabalhadores: Dilma Rousseff, Presidente do Brasil

A falta de acessibilidade nas urnas eletrônicas continua

Núcleos Muitas urnas fluminenses funcionaram sem o áudio durante o primeiro turno

Como já era previsto pelo Sisejufe, dado o fato de o TRE do Rio de Janeiro não receber os diretores do sindicato para discutir a acessibilidade nas urnas, vários deficientes visuais enfrentaram dificuldades ao exercerem um dos direitos mais caros numa democracia, o do voto. Faltou som em muitas urnas eletrônicas fluminenses neste primeiro turno.

“Sem acessibilidade, no nosso caso, sem áudio nas urnas, não podemos exercer plenamente nossa cidadania. Não podemos ter a certeza de que estamos re-

almente votando naquele candidato que desejamos, pois a urna não fala para nós o número que digitamos. Temos que confiar de fato na lisura do pleito”, diz Ricardo de Azevedo Soares, que é cego, diretor jurídico do sindicato e responsável pelo Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe.

No dia 3 de outubro, ao chegar em sua zona eleitoral para votar e encaixar o fone de ouvido que levava para votar com acessibilidade, Ricardo se frustrou ao reparar que não havia áudio em sua urna. Nenhum

mesário tinha qualquer informação acerca de som ou fones de ouvido para deficientes visuais. “O jeito foi confiar e votar às cegas, literalmente falando!”, diz Ricardo, tentando ainda brincar com uma situação que ele denomina de “caótica”. O diretor sindical procurou a chefe de cartório de sua zona eleitoral para que, no segundo turno, haja a solução do problema.

O que aconteceu com o diretor do Sisejufe, não foi um fato isolado no estado do Rio de Janeiro. De acordo com Ricardo, a informação que lhe foi

passada era de que bastava constar no cadastro nacional que ele era cego para que o sistema, no momento da votação, acionasse o áudio. O diretor sindical Dulavim de Oliveira Lima Junior, que também é cego e não teve o mesmo problema porque vota num local que tradicionalmente reúne muitos eleitores deficientes visuais, critica o TRE: “Problemas como esse poderiam ter sido evitados se o TRE fluminense se dispusesse a receber o sindicato para tratar dessas questões”, diz Dulavim. A alegação do tri-

bunal é de que o tema “não diz respeito ao sindicato”.

Os diretores do Núcleo de Pessoa com Deficiência do Sisejufe vão, agora, acionar o TSE através da Fenajufe. “Não podemos aceitar tal situação de desrespeito, ainda mais num país em que há uma Convenção Internacional que versa sobre Direitos das Pessoas com deficiência assinada e com valor de norma constitucional” assevera Ricardo de Azevedo Soares.

* Da Redação.

As mulheres e o empreendedorismo cidadão

Em 30 de setembro, aconteceu na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), o evento Mulheres em Rede Debatendo – Economia Solidária, Gênero e Direitos Humanos, promovido pela Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento (Asplande). A mesa foi formada pela ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres Nilceia Freire, pela presidente do Cedim, Cecília Soares, pela presidente da Co-

missão dos Direitos Humanos da OAB/Rio, Margarida Pressburger, pela secretária de Mulheres da CUT/RJ Virgínia Berriel e pelas representantes da Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras Cleide Ramos, Marinalva Lourenço e Darlene Rosa. Também estiveram presentes ao evento Cristina Paiva, coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe, e Glória Ramos, da Secretaria de Igualdade Racial da CUT-Rio.

O formato do evento facilitou a interação entre as convidadas e o público presente, já que o intuito da reunião foi promover uma troca de experiências das mulheres empreendedoras e apresentar o Guia da Mulher Cidadã, cujo lançamento está previsto para novembro, na sede. O guia é o resultado do trabalho desenvolvido durante um curso oferecido pela Asplande com o objetivo de capacitar e fortalecer as mulheres, tornan-

do-as empreendedoras eficientes e autossuficientes.

No evento também foram abordados temas como Gênero e Economia Solidária, destacando a contribuição do curso para instrumentalizar as populações de baixa renda – especialmente grupos formados por mulheres chefes de família –, para o planejamento, implementação e monitoramento de empreendimentos de economia solidária como cooperativas populares e

redes voltadas para um desenvolvimento integral e harmônico.

Foi firmado entre as entidades participantes o apoio à criação de um Conselho Estadual de Economia Solidária, por meio da articulação de parcerias com organizações como a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Sintell-Rio.

*Da Redação, com informações da diretora sindical Cristina Paiva.

Sisejufe comemora o Dia Nacional do Idoso

O Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sisejufe comemorou na terça-feira, 28 de setembro, o Dia Nacional do Idoso, cuja data é 1º de Outubro. A data, criada pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU), foi celebrada no auditório da sede do sindicato, com luta e determinação da categoria em favor da aprovação do PL 6.613/2009, que reajusta os salários dos servidores aposentados e ativos em 54,6%. A tarde teve muita descontração, sorteio de brindes e claro, bolo para comemorar! A comemoração contou com a participação de servidores aposentados e até de suas famílias.

O dirigente sindical Roberto Ponciano explicou sobre a ne-

cessidade dos aposentados participarem da luta pelo PCS e dos direitos conquistados pelos servidores inativos ao longo da vida da carreira de servidor público. “Aqui vocês não são inativos. Isso é só um nome. Temos 900 servidores aposentados filiados. Vamos sempre lutar em defesa da categoria e dos direitos de todos: ativos e inativos”, destacou Ponciano. O dirigente também ressaltou que o sistema remuneratório por subsídio traz grandes perdas para os servidores aposentados. Portanto, de acordo com ele “é essencial a presença de vocês nas assembleias. Vocês têm uma força enorme. Não é justo vocês agora terem perdas salariais”.

A coordenadora do Núcleo

dos Aposentados, Lucilene Lima, concordou. Para ela, as dúvidas sobre as diferenças do Plano de Carreira e Salários e do sistema remuneratório do subsídio foram esclarecidas pelo debate realizado pelo Núcleo no dia 31 de agosto. Lucilene lembrou aos presentes que “o subsídio traça uma tabela de remuneração para os servidores, estabelecendo um teto máximo. Com isso, os servidores mais antigos acabam tendo o salário estagnado até que os servidores mais novos cheguem naquele teto, ocasionando perdas”. Essa estagnação acontece devido aos reajustes salariais não poderem ultrapassar o teto. Com isso, o servidor que já alcançou este limite precisa aguardar toda a categoria



Lucilene Lima, coordenadora do Núcleo dos Aposentados, fala aos presentes

avancar na carreira. Só depois disto, esse teto pode ser modificado.

Mas o Dia Nacional do Idoso, não teve só luta. Ao contrário, sobrou descontração e presentes. O Sisejufe – em parceria com empresas conveniadas a agência CMMCTurismo – sorteou uma viagem (com acompanhante) de sete dias para Região

dos Lagos. A Payot Profissional montou um estúdio de maquiagem para embelezar as servidoras e sorteou brindes. A Zarpar também brindou os servidores com o sorteio de três diárias na cidade de Salvador, na Bahia. No final, a confraternização teve sanduíche e bolo.

Tatiana Lima – Da Redação

Foto: Tatiana Lima

Política de remoção da JF adoece servidores

Assédio Moral Há anos não se via relação tão conflituosa entre a Direção e os servidores

Está confirmada. A tão propalada preocupação da Justiça Federal do Rio com o clima organizacional e a qualidade de vida de seus servidores, visando à melhoria da prestação jurisdicional, é só para inglês ver. Ou melhor, para Brasília ver. Na verdade, há muitos anos não se via uma relação tão conflituosa entre a atual administração e seus servidores. O avanço do assédio moral não tem fim. Vai desde o desvio de função, imposto aos oficiais de justiça, às remoções arbitrárias onde impera o sadismo. Você tira licença médica para acompanhar um ente querido numa cirurgia e, quando volta, crente que o pior já passou, é lotado numa cidade distante de sua residência, sendo impedindo de acompanhar o familiar no momento que ele mais precisa, que é o período de recuperação.

Outro caso inusitado é o do servidor que tira uma licença médica para tratamento de pessoa da família, no caso sua mãe, e, no seu retorno, é intimado a comparecer com a própria mãe no Departamento Médico, para que ela seja submetida à perícia. Detalhe: essa mãe não é servidora, não possui matrícula, cargo, função, não faz parte dos quadros da Justiça, tornando esta exigência totalmente sem fundamento jurídico.

Mas os absurdos continuam. Até algum tempo atrás, você se sentia mal, com gripe etc. e se dirigia ao departamento médico, tomava um “melhoralzinho” e era mandado de volta ao trabalho, à fábrica de Chaplin, de Tempos Modernos. Afinal, você é apenas um número e não pode deixar de cumprir seu papel no sistema produtivo. Outro caso foi o de uma servidora de Angra que, após uma cirurgia dentária, foi “convidada” a comparecer ao serviço odontológico para perícia, correndo o risco de durante as duas horas de viagem de ida e mais duas de volta sofrer uma hemorragia e suas prováveis conseqüências.

Mas o céu não é o limite para quem se acha deus e pode extrapolando cada vez mais. Este deus

A insatisfação chegou no ponto mais crítico na atual Administração da JF. Em todas as localidades do interior o clima é tenso, e a maioria dos servidores tem expressado seu descontentamento

agora acha que também é médico e tem competência para concluir quem está ou não doente. Num momento que a Justiça Federal está carente de verbas para pagar aos peritos médicos que prestam serviços aos JEFs, está encontrada a solução: manda para deus que ele resolve.

O auge dos absurdos se deu com um servidor em tratamento da própria saúde há sete meses, com diagnóstico de hérnia de disco e tendinite, comprovados por ressonâncias magnéticas e ultrassonografias e seus respectivos laudos médicos, com atestados médicos homologados por juntas médicas da própria Justiça Federal. De volta ao trabalho, mas ainda em tratamento médico devido à complexidade do diagnóstico, foi lotado, apesar de todos os apelos, numa unidade da JF distante de sua residência. O tempo gasto na ida e volta para casa não só dificultou a continuidade no tratamento, mas provocou, devido aos movimentos bruscos e impactantes dos transportes coletivos, um agravamento em seu estado de saúde.

Procurando seu médico, especialista em fisioterapia, foi submetido a uma ultrassonografia que constatou, de acordo com o laudo do exame, “acentuada tendinite”, ou seja, uma inflamação acima do normal nos tendões que, entre os sintomas está a locomoção com dores. Com o atestado médico para 30 dias e prescrições sobre o tratamento, o servidor se dirigiu imediatamente ao serviço médico da Justiça Federal. Lá, foi analisado por

uma junta de três médicos, que homologaram sua licença médica pelo período recomendado. Porém, cinco dias depois o servidor foi intimado a voltar imediatamente ao trabalho porque deus concluiu que ele tinha simulando a doença. Ele sequer foi convidado a comparecer a uma nova perícia para que os profissionais de saúde assinassem ou não qualquer simulação. Como não tinha, naquele momento, condições físicas adequadas de voltar ao trabalho, a saída foi buscar as vias judiciais.

O inusitado é que, 30 dias depois, na data marcada para submeter-se a uma nova junta médica, foi informado que no sistema não há qualquer menção de que houve suspensão da licença médica. No pronunciamento, é inexistente a informação de qualquer profissional da equipe médica da Seção Judiciária de que o servidor tenha

simulado o seu estado clínico, e os exames apresentados com seus respectivos laudos não deixam dúvidas quanto ao estado clínico.

Consta, sim, a informação de que o servidor ainda apresenta sinais visíveis de que necessita de continuação de tratamento médico para a plena recuperação do seu quadro clínico, e está apto no retorno às suas atividades, porém precisando de condições de trabalho favoráveis para a continuidade do tratamento. Está anexado também as declarações de dois profissionais, um especialista em ortopedia e outro em fisioterapia, indicando as restrições que devem ser observadas. Portanto, está comprovada que a afirmação sobre simulação de doença é completamente infundada e arbitrária, proferida por pessoa sem capacidade para o exercício profissional de medicina.

Insatisfação geral

A insatisfação chegou no ponto mais crítico na atual Administração da JF. Em todas as localidades do interior o clima é tenso, e a maioria dos servidores tem expressado seu descontentamento. Afinal, a atual política de lotação afeta não somente a vida o bem-estar do servidor que está sendo lotado distante de sua residência ou até mesmo de seus familiares, como também a dos servidores que

permanecem no local, que de uma hora para outra ficam obrigados a se desligarem de um colega de trabalho com quem estabeleceram vínculos de amizade e companheirismo.

Até mesmo alguns magistrados já tem demonstrado o descontentamento com os critérios adotados, pois em grande parte o servidores chegam desmotivados, afetando todo o ambiente de trabalho. Já no TRF2, os servidores informam que alguns desembargadores estão preocupados com algumas atitudes da JF do Rio que tem contribuído com aspectos negativos para a imagem do Judiciário Federal.

Assim, ficamos consternados com os colegas servidores envolvidos em convencer aos demais sobre a preocupação da Justiça Federal do Rio em melhorar o clima organizacional. Não podemos nos iludir. Todos nós, sem ou com função ou cargo comissionado, somos apenas um número, uma matrícula, dentro do sistema produtivo tirânico e sádico, cujo cumprimento das chamadas metas de eficiência impõe, na [JFR], um grau de insanidade tão grande que está afetando, diretamente, a saúde dos servidores e, conseqüentemente, sua dignidade pessoal, considerado por todos os juristas um super princípio estabelecido pela Constituição Federal.

Dê sua opinião

Levamos abaixo algumas questões similares as que ocorreram na JF. Você pode, do título até a última pergunta, copiá-los em sua mensagem, respondendo ao lado de cada pergunta, e enviar para os endereços relacionados.

ACONTECEU COM OS SERVIDORES DA JF DO RIO. ENTÃO RESPONDA:

1 – Será que um magistrado, com licença para acompa-

nhar o tratamento de uma pessoa de sua família, seria obrigado pela Presidência do Tribunal, a trazer esta pessoa para se submeter a uma perícia com a finalidade de confirmar a necessidade de seu afastamento?

2 – Será que uma magistrada, com licença para acompanhar a melhora de saúde de seu filho, seria obrigada a comparecer ao serviço médico do Tribunal para que o mesmo fosse submetido à perícia, comprovando a necessidade de seu afastamento?

3 – Você pode relatar algum caso de desembargador, com

licença para tratamento da própria saúde, que tenha sido intimado para comparecer ao trabalho porque a Presidência do Tribunal acha que ele está simulando sua doença?

As respostas podem ser enviadas para:

contato@sisejufe.org.br
presidencia@trf2.jus.br
corregedoria@trf2.jus.br
ouvidoria@trf2.jus.br
correge@cjf.jus.br
corregedoria@cnj.jus.br

Sisejufe recorre ao CNJ contra desvio de função dos oficiais de justiça

Os oficiais de justiça filiados lotados na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) passam pela situação de assédio moral mais explícito e grave já presenciada pela direção do Sisejufe. Entre os absurdos relatados está a distribuição – pelo juiz diretor do Foro – de várias atividades administrativas em desvio de função, comprometendo a finalidade do cargo. Em razão desses fatos e esgotadas as tentativas junto aos órgãos da Justiça Federal, a diretoria do sindicato, por meio do Departamento Jurídico, protocolou o procedimento de controle administrativo (PCA)

0005999-

12.2010.2.00.0000, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que está com o conselheiro relator, Milton Nobre, sob análise da medida cautelar para suspensão imediata das arbitrariedades.

Após a prestação de informações pelo juiz diretor do Foro, que não desconstituem os fatos apresentados, o sindicato apresentou nova manifestação juntamente com parecer do Ministério Público que rejeita expressamente a situação de oficiais em desvio de função, tendo em vista a especificidade das suas atribuições, para as quais se requer dedicação plena.

Segundo Roberto Ponciano,

“os relatos que recebemos no sindicato sobre a administração da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, associados aos atos administrativos que comprovam as irregularidades, configuram quadro de assédio moral e desprezo por função essencial à prestação jurisdicional. Tomamos todas as medidas cabíveis nas instâncias competentes, que arquivaram os processos. Agora, esperamos do CNJ o cumprimento de sua missão constitucional.” O Sisejufe terá agenda na próxima sessão do CNJ com os conselheiros e o relator, para tratar da matéria.

Sindicato esclarece dúvidas sobre extensão do reajuste dos 28,86%

Em razão de alguns questionamentos sobre a extensão do reajuste de 28,86% aos civis e militares, resultante da divulgação da repercussão geral de um recurso que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), o Departamento Jurídico do Sisejufe esclarece as dúvidas dos servidores.

1) Os servidores civis já receberam os 28,86%, para os integrantes do Poder Executivo por força da interpretação que vinhou após a apreciação do EDROMS 22.307-7, o percentual foi definitivamente incorporado pela MP 1760/94;

2) Os servidores do Poder Judiciário da União receberam os 28,86% por decisão administrativa, posteriormente incorporada pela Lei 9.421/96.

A extensão divulgada agora pelo STF diz respeito apenas a recursos que lá chegaram e ainda tratam da matéria (que permitem a invocação de repercussão geral também), mas não inovam o tema, que partiu do reajuste superior concedido aos militares pela conjugação das Leis 8.622/93 e 8.627/93. Acompanhamos vários processos da época, os militares receberam revisão geral maior,

cuja extensão foi determinada administrativamente aos servidores do Judiciário e judicialmente aos servidores do Executivo.

Quanto aos militares, alguns também receberam menos, então pediram a diferença, que foi limitada e sumulada pelo STF para a época em que entrou em vigor a MP 2131/2000, nada mais havendo a reivindicar.

Segundo o departamento, não há nada de novo, nada que beneficie os civis nesta etapa, em especial os do Poder Judiciário da União.

CJF exclui plano de saúde da margem consignável

O Conselho da Justiça Federal (CJF) deferiu o requerimento do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe) para excluir o desconto do Plano de Saúde Unimed, conveniado do sindicato, da margem consignável dos servidores públicos. Margem consignável é o percentual máximo da remuneração mensal que o servidor pode comprometer para pagamento das prestações de empréstimos.

A decisão foi proferida em sessão do dia 31 de agosto e baseou-se na possibilidade legal de o CJF alterar sua Resolução 4/2008, que trata do tema. Ao considerar o desconto relativo ao plano de saúde como consignação facultativa, o relator do processo, desembargador federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, propôs que seja incluída a contribuição para planos de saúde de qualquer natureza nas redações dos ar-

tigos 141 e 143 da Resolução 4/2008.

Desta forma, ficam excluídos do limite de 30% da remuneração, provento ou pensão para a margem consignável do servidor público os descontos da Unimed-Rio, assim como os já previstos na regra, referentes a amortizações de financiamento para aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial, e prestação de aluguel de imóvel residencial.

Aposentadoria Especial: sindicatos realizam audiência com a ministra Ellen Gracie e o ministro Cezar Peluso

Em audiências ocorridas na primeira semana de outubro, entidades de servidores do Poder Judiciário da União reuniram-se com ministros do Supremo Tribunal Federal para tratar da aposentadoria especial por atividade de risco e questões complementares à execução, objeto do Mandado de Injunção 833 do Sisejufe, cujo julgamento se iniciou e se encontra com vistas ao ministro Carlos Britto.

Em representação ao Sisejufe, Sinjufego, Sintrajud, Sitraemg, Sindjufeba, Fenassoja, Aojus/DF, Assoja RO/AC, Aojesp, Sincosjust, Sindojust/SC, Abojeris, entre outras associações de ofici-

ais de justiça federais e estaduais, o advogado Rudi Cassel compareceu às audiências acompanhado dos dirigentes Joaquim Castrillon (Fenassoja) e Alexandre Mesquita (Aojus/DF), para demonstrar que a atividade de risco e o direito à aposentadoria especial estão consolidados no âmbito regulamentar e fático.

Após a exposição dos temas e a entrega de memoriais, os ministros destacaram a importância do caso e do trabalho de esclarecimento para o momento em que se encontra a matéria, para o que será analisado o trabalho realizado pelas entidades representativas dos servidores.

Sisejufe entra com ação para impedir compensação de juros de mora dos 11,98% na JE

A direção do Sisejufe, por meio do Departamento Jurídico, entrou com ação dia 29 de setembro e distribuída para a 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, no dia seguinte, pedindo que os juros de mora cobrados dos filiados da Justiça Eleitoral permaneçam calculados em 1%, sem o uso da compensação das taxas que foram pagas anteriormente, referentes aos passivos dos juros dos 11,98%. A demanda se justifica pela decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio, que modificou decisão anterior, em que fixava juros de 1% ao mês, determinando a compensação do que foi pago anteriormente (no percentual de 1%), como se a obrigação existente fosse de apenas 0,5% ao mês, por suposta necessidade de adequação à posição do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, “os filiados serão gravemente prejudicados com a modificação da posição do TRE-RJ, pois receberam a primeira parte dos passivos dos juros dos 11,98% sob uma

perspectiva e serão forçados – na prática – a devolver o que depois passou a ser considerado excedente”.

O diretor do Sisejufe João Mac-Cormick, membro do Departamento Jurídico do sindicato e lotado na Justiça Eleitoral, afirma que tem “acompanhado passo a passo os desdobramentos do pagamento dos juros de mora de 11,98% e dos quintos no TRE, sendo motivo de grandes transtornos e insegurança jurídica entre os servidores a perspectiva de descontos ou compensação do que já receberam”.

Para o advogado Rudi Cassel, da assessoria jurídica do sindicato, “houve evidente retroatividade da nova interpretação administrativa, compensando-se valores recebidos de boa-fé, que representavam apenas o que era devido naquele momento, com base em aplicação legítima da orientação adotada por todos os tribunais até então”. O problema se repete quanto ao pagamento dos valores retroativos dos quintos, o que será objeto de ação específica do sindicato para os filiados.

Curso de treinamento coloca em risco agentes de segurança do tribunal

TRT Servidores foram ameaçados por traficantes em comunidade na Ilha do Governador

Max Leone*

O último dia de curso da primeira turma de treinamento para agentes de segurança do Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT) colocou em risco a integridade física dos participantes. Para cumprir o cronograma das atividades, um grupo de 30 servidores do tribunal foi levado, no mês passado, pela empresa responsável pela capacitação a uma comunidade da Zona Norte da cidade onde teria aulas de defesa pessoal. Neste dia, segundo denúncias que chegaram ao sindicato, e confirmadas pelo setor de segurança do tribunal, ao chegarem no local os agentes foram ameaçados por traficantes da região e tiveram que sair às pressas de lá. O treinamento seria realizado em um dos acessos ao Morro do Dendê, no bairro Cocotá, na Ilha do Governador. O curso é organizado pela Escola de Administração e Capacitação de Servidores do TRT (Esac).

“(...)O que estava sendo ensinado estava fora da realidade do que fazemos no TRT, por essa razão vários colegas só ficaram cumprindo as horas determinadas em lei”, questiona um dos participantes do curso, que não quis se identificar, em e-mail enviado à direção do Sisejufe.

De acordo com o chefe da Divisão de Segurança do TRT, Jedaías Emerson Ferreira, os participantes da primeira turma de treinamento fizeram contato com ele, ainda no local, questionando o lugar escolhido para a realização das aulas de defesa pessoal. Eles relataram o que acabara de ocorrer. “De imediato, fizemos contato com a Esac para saber o que estava acontecendo e retirar o pessoal de lá. Eles foram levados para um clube, onde o treinamento ocorreu sem problemas”, afirma.

Os relatos dos participantes demonstra que a empresa responsável pelo curso não tem conhecimento das áreas de perigo do Rio de Janeiro. A capacitação dos agentes está a cargo da Tees Brazil, cuja sede é no Paraná. “Acho que foi uma escolha infeliz pelo fato da empresa não ser do Rio. Mas se tivessem pedido nossa ajuda, nossa opinião. Esse episódio não teria ocorrido. Que sirva de lição. Felizmente nada de pior aconteceu”, ressaltou o chefe da Divisão de Segurança.

Para o diretor do Sisejufe Nilton Pinheiro, que também é agente de segurança do TRT, houve um descuido na escolha do local de treinamento o que acabou expondo os participan-



Foto: Henri Figueiredo

Para o diretor do Sisejufe Nilton Pinheiro, houve um descuido na escolha do local de treinamento

tes a uma situação de grande risco. Ele disse que o sindicato vai cobrar dos organizadores mais cuidado na hora da organização dos módulos de capacitação. “Não somos contra o treinamento. Mas é preciso ter mais cuidado. Se a escolha do local foi da empresa, a Esac deve cobrar explicações. Uma companhia que atua no ramo de segurança deve ter essa preocupação”, advertiu o diretor.

No entanto, quem esteve no local se sentiu ameaçado pela ousadia dos traficantes que praticamente expulsaram os agentes da região. Por muito pouco a situação não terminou numa tragédia digna das páginas mais sangrentas do noticiário policial. Fe-

lizmente não houve maiores problemas, mas o susto foi grande.

“(...)Mais o fato importante é que lá pelo “meio” das aulas o “instrutor” da empresa recebeu uma ligação dos traficantes locais mandando encerrar o curso ou todos os presentes seriam mortos. Imaginem a cena, vários agentes com seus portes federais, armados no meio da comunidade sendo ameaçados por traficantes. Tivemos que fugir de lá as presas e alguns até deixaram os seus carros e pertences para trás. Foi uma cena lamentável que só perdeu para a qualidade das aulas (...)”, continua em outro trecho o relato de um dos participantes.

O chefe da Divisão de Segu-

rança do TRT informou que solicitará que os próximos cursos tenham a supervisão da setor. A ideia é antes que seja marcada alguma aula de campo, antes a divisão faça uma análise do local onde elas irão acontecer. O responsável pela divisão disse que pediu aos participantes que relatassem por escrito o que havia ocorrido para que providências fossem tomadas. Os cursos são de quatro dias, sendo oito horas de duração a cada dia. Procurada pela reportagem do Contraponto, a direção da Esac não retornou as ligações até o fechamento dessa edição.

* Da Redação.

Nota de Solidariedade

O Diretório Central dos Estudantes da PUC-Rio [Gestão Roda-Viva] vem por meio desta prestar solidariedade à estudante de comunicação social Gizele Martins pelo injusto acontecimento do dia 5 de outubro de 2010 em nossa Universidade. A estudante do sétimo período de jornalismo e sua turma, na aula de “Laboratório de Jornalismo Impresso” da professora Marília Martins, receberam a tarefa de elaborar uma matéria cujo o tema era livre. A matéria feita por Gizele e previ-

amente aprovada pela professora teve como objeto o direito à moradia e ocupações urbanas. Durante a avaliação dos trabalhos da turma em sala de aula, a professora, ao discordar do resultado do trabalho de Gizele, chamou a aluna de criminosa e merecedora de cadeia, simplesmente por seu trabalho apresentar uma leitura de não criminalização dos movimentos sociais. Repudiamos a atitude da professora que, ao discordar da abordagem do trabalho da aluna, optou por humilhá-la em sala de aula. Consideramos que

o papel do professor e da PUC-Rio, instituição na qual escolhemos estudar, seja de desempenhar um debate democrático com os estudantes, respeitando as diferenças de opinião e proporcionando um espaço saudável para que haja uma troca de ideias e experiências entre os alunos e o professor, onde só assim teremos uma real aprendizagem. Esperamos assim, o tratamento adequado do caso pela instituição, com base em seus estatutos e regulamentos, tendo em vista que um acontecimento como este não condiz

com os princípios que são pregados por nossa universidade:

A PUC-Rio empenhar-se-á em garantir, na busca do conhecimento e na expressão de juízos e valores pessoais, um clima de liberdade acadêmica, que supõe profunda responsabilidade e respeito integral para com os direitos do outro e as exigências do bem comum. (Marco Referencial da PUC-Rio).

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 2010.

DCE PUC-Rio
Gestão Roda-viva

Nota da Redação

O Contraponto publica a Nota de Solidariedade do DCE da PUC não só pela infelicidade do acontecimento acima descrito, mas também por conhecer bem a estudante Gizele Martins: ela foi estagiária de Jornalismo deste sindicato, em 2009, tendo desempenhando suas funções sempre com empenho, ética e profundo senso de justiça social – o que deve sempre nortear uma Comunicação comprometida com a democracia e a pluralidade.

O mundo da fantasia ganha espaço na JF

Prata da Casa Servidor lança livro que aproxima leitor da história contada em “Sob a Luz e a Sombra do Dragão”

Max Leone*

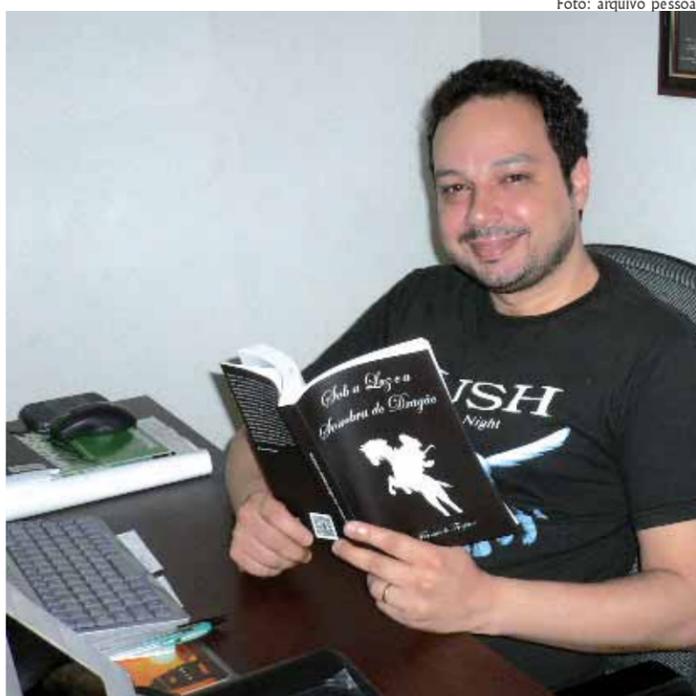
O gosto pelo cinema, por histórias de fantasia e de personagens marcantes que tenham uma mensagem coerente para passar sempre fizeram a cabeça do técnico judiciário da Justiça Federal Rio Branco Luiz Fernando de Oliveira Trajano, de 40 anos. Essa admiração pela Sétima Arte resultou no livro “Sob a Luz e a Sombra do Dragão”, lançado este ano de maneira independente. Segundo o autor, a publicação veio preencher uma lacuna que ele percebe nos roteiros de filmes, de livros e até nas revistas em quadrinhos editados e publicados mais recentemente. Na avaliação do servidor-escritor, as histórias atuais acabam ficando muito distantes dos seus leitores. Em seu livro, ele diz tentar fazer essa aproximação com uma narrativa mais direta e simples.

“Sempre gostei muito de cinema, principalmente os ‘filmes pincas’. O tema fantasia é o meu

preferido. Mas ultimamente as histórias ficaram muito distantes dos leitores, dos espectadores, socialmente falando. O cinema voltado para diversão sempre atraiu mais as pessoas, mas hoje em dia não te mostra mais nada. Os filmes antigos são melhores conduzidos. Hoje é mais efeito especial”, reclama ele, ressaltando que os longas metragens do personagem Indiana Jones, interpretado Harrison Ford são os seus preferidos.

Luiz Trajano é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta aos funcionários do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, o Prata da Casa tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuem talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.

Em “Sob a Luz e a Sombra do Dragão”, Trajano tenta resgatar as histórias com coerência e se-



Luiz Trajano: técnico judiciário, amante do cinema, lança livro

quência para que o público leitor se sinta mais à vontade com a leitura e participe da história. Passada em época medieval, a trama marca a trajetória, em um ambiente de fantasia, dos irmãos Daniel e Alisha, que, ao lado de seus companheiros da Cidade Alta, enfrentam o vilão Archeduz. Este, por meio de sua genialidade é tragado pela escuridão,

esfacela a união entre cidades e reinos, trazendo a destruição por intermédio de seus exércitos.

“A história envolve o amor escondido a duras penas, que há entre Daniel e Alisha, e o drama existencial de Drako, um dragão nascido sob o 'signo do sacrifício', até a revelação final do mistério que envolve Alisha e Archeduz”, resume o autor.

Formado em Engenharia, Luiz Trajano chegou a fazer desenho industrial na Escola de Belas Artes da UFRJ, no Fundão. Nesse período, recorda, ganha força o movimento das histórias em quadrinhos voltadas para adultos, com temática “para gente grande”. É o chamado romance gráfico, ou “graphic novel”, que é uma publicação, normalmente contando uma longa história por meio de arte sequencial e é frequentemente usada para definir as distinções subjetivas entre um livro e outros tipos de histórias em quadrinhos.

“Isso (o graphic novel) despertou meu interesse. São histórias criativas e bem desenhadas. Como tive aulas de modelo vivo na Belas Artes, acabou chamando minha atenção. Para mim, o Frank Miller praticamente resuscitou o Batman com o Cavaleiro das Trevas”, analisa.

* Da Redação.

“A história passava pela minha cabeça e eu escrevia sem parar”

O livro foi escrito entre 2008 e 2009 e, segundo o autor, aconteceu de formar linear. Ele explica que começou a escrever a primeira parte, o segundo capítulo e assim por diante. Não voltou para acrescentar capítulos posteriormente e nem alterar os textos. “Era como se eu estivesse vendo um filme. A história passava pela minha cabeça e eu escrevia sem parar. Não mexi em nada depois. A maioria dos autores mexe depois nas histórias, acrescenta algo. Às vezes os leitores não captam o que o autor quis fazer. Eu tento fugir um pouco disso”, explica.

O lançamento do livro “Sob a Luz e a Sombra do Dragão” fugiu às regras convencionais. Não houve festa, coquetel, nenhum tipo de badalação. Depois de enviar os originais à 10 editoras, incluindo de Portugal e da França (muitas até hoje não responderam), Luiz Trajano optou por uma produção independente e por demanda dos livros. “A produção é gratuita. O leitor pode fazer a encomenda pela

O servidor já trabalha em novos projetos. Um deles é o lançamento da segunda parte do livro “Sob a Luz e a Sombra do Dragão”

internet e o livro é entregue em casa”, diz o servidor.

Os interessados em conhecer a obra do servido da Justiça Federal podem acessar www.agbook.com.br ou www.clubedosautores.com.br. O autor também lançou no www.lulu.com para o formato e-book e no www.smashwords.com.

“O que mais me impressionou na publicação independente é o fato do meu livro estar disponível, através da Smashwords, na Barnes & Noble, que é a maior cadeia de livrarias do mundo”, disse, ressaltando que lançará em breve o seu site



www.luizfernandotrajano.com.

O servidor já trabalha em novos projetos. Um deles é a segunda parte do “Sob a Luz e a Sombra do Dragão”. Ao mesmo tempo escreve um do gênero policial (serial killer) e também prepara a tradução de sua primeira obra para o inglês, que deve ficar pronta até o fim do ano, para o espanhol e o francês. No ano que vem, ele pensa em mandar traduzir para o japonês e o mandarim.

“Estou aproveitando e escrevendo os dois ao mesmo tempo. Paro um e pego outro. Escrever faz você se divertir, sofrer, sorrir. Dá muito trabalho e você ganha muito pouco. Mas quem sabe um dia consiga viver disso, podendo até largar o serviço público”, sonha Trajano. (Max Leone)

Quem sabe o próximo Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br.